

Reforma agrária pode sair da Carta



Caiaido (o quarto da esquerda para a direita) analisa saídas para o "buraco negro"

Proposta concilia função social e desapropriação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Representantes da Frente Parlamentar da Agricultura e da União Democrática Ruralista (UDR) reuniram-se ontem e elaboraram uma proposta com o objetivo de aprovar o texto do Centrão sobre reforma agrária. A proposta prevê que seja definido por lei complementar o ponto mais polêmico da questão, a função social das propriedades produtivas passíveis de desapropriação, e que sejam estipuladas sanções e encargos aos que não cumprirem essa exigência. Isso garantiria o cumprimento da função social sem colocar em risco a desapropriação das terras produtivas.

O grupo foi liderado pelo deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pelos presidentes da UDR, Ronaldo Caiaido, da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes, e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues. Mais de 40 sugestões de propostas foram estudadas durante a reunião, assessorada por cinco juristas especialmente contratados. Participaram também o líder do PFL, José Lourenço, e vários deputados do Centrão.

ADESÕES

A reunião deve continuar hoje, mas muitos parlamentares já deixaram suas assinaturas num papel em branco. Segundo o deputado Paes Landim (PFL-PI), o texto contará com cerca de 300 adesões, no total. O assessor da UDR no Centrão, Fábio Saboya, coordenou a coleta de assinaturas dos parlamentares que viajaram ontem desde as 7 horas. Outros lobistas dividiram-se em grupos para garantir assinaturas ou pelo menos compromissos verbais. Alysson Paulinelli está conven-

cido da aprovação do texto, que em sua opinião atende a todas as correntes ao obrigar o cumprimento da função social da terra. Segundo o ex-ministro da Agricultura, o texto base do Centrão fica mantido. Em sua opinião, o País só ocupou um quarto de seu território até hoje, não sendo necessário desapropriar as terras produtivas para assentamento dos sem-terra.

Há, ainda, os que lutam por um acordo. O deputado José Lins (PFL-CE), apesar de integrar a Frente Parlamentar da Agricultura, acredita que nenhuma das correntes tem ainda, em plenário, garantidos os 280 votos necessários para a aprovação dos seus textos. "Garantidos, mesmo, o Centrão tem apenas 240 votos", afirmou. O deputado Rosa Prata (PMDB-MG), por outro lado, acredita que a esquerda só vai ceder no último instante para garantir a inclusão da reforma agrária na Constituição.

Hoje, às 21 horas, esgota-se o prazo estipulado pelo regimento interno da Constituinte para a apresentação dos textos sobre reforma agrária com as 280 assinaturas mínimas para garantir a apresentação em plenário para votação na terça-feira.

"NA MARRA"

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), André Montalvão da Silva, afirmou que, caso a reforma agrária fique excluída da nova Constituição, a solução será "fazê-la na marra". Ele anunciou que membros e dirigentes sindicais foram orientados para atuar nas bases com vereadores, prefeitos, e as principais lideranças do PFL, como o senador Marco Maciel e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para tentar reverter o impasse criado pelos empresários rurais na Constituinte.

No impasse, só o Centrão sai ganhando

Quase todos na Constituinte ainda acreditam num acordo para a votação do capítulo que trata da reforma agrária. Mas se persistir o "buraco negro", quem ganha é o Centrão — e, conseqüentemente a UDR — porque só poderá haver desapropriação de terras "mediante justa e prévia indenização em dinheiro".

Esse é o princípio geral já aprovado pela Constituinte que consta do parágrafo 38 do Artigo 6º do projeto de Constituição. Ali se garante o direito de propriedade e só ressalva a "justa e prévia indenização em dinheiro" os casos previstos na Constituição. Seria justamente o caso da reforma agrária. O artigo 219 do projeto da Comissão de Sistematização (217 da proposta do Centrão) prevê que, nesse caso, a indenização será paga em Títulos da Dívida Agrária.

Se persistir, porém, o "buraco negro", o Capítulo II deixa de existir e esse dispositivo desaparece também. Então fica a regra geral do parágrafo 39 do artigo 6º. O Estatuto da Terra — que é aceito pelas esquerdas — continuaria vigente, mas as desapropriações não poderiam ser pagas com Títulos da Dívida Agrária.

O relator Bernardo Cabral acredita, no entanto, que sua proposta, a ser apresentada amanhã, terá ampla aceitação. Ele está baseando seu trabalho nos entendimentos que se processaram, intensamente, nos últimos dias, entre as lideranças da Constituinte.

Cabral vai servir-se principalmente do texto que quase resultou em acordo geral no final da tarde de quinta-feira. Diz o texto: "A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação, nos termos do artigo 218".

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças partidárias na Constituinte analisaram ontem várias alternativas para superar o impasse criado no capítulo do texto constitucional referente à reforma agrária. A tendência do relator Bernardo Cabral, que elabora um novo projeto, é deixar a questão da desapropriação das terras produtivas que não cumpram função social para a lei ordinária. Esta também é a opção defendida pela Frente Parlamentar da Agricultura e pela cúpula do empresariado rural. Já o senador José Fogaça, relator-adjunto da Comissão de Sistematização, acha que o melhor caminho para evitar um novo "buraco negro" é a formação de um acordo quanto à tática de votação da proposta a ser apresentada por Bernardo Cabral.

Fogaça considera fundamental a aprovação do texto do relator na terça-feira para que depois sejam apresentados destaques supressivos sobre os pontos que não interessam aos grupos divergentes. Ele teme que, se a proposta de Cabral for rejeitada, seja criada uma situação irreversível, já que as emendas coletivas que vierem a ser votadas posteriormente dificilmente conseguirão quórum para aprovação. "Com isso, a Constituição ficaria sem matéria de política agrícola e de reforma agrária", concluiu.

Segundo a estratégia definida ontem durante reunião entre o relator e os adjuntos, na terça-feira será votado, em primeiro lugar, o projeto de Bernardo Cabral. Caso seja aprovado, prejudica as emendas coletivas que venham a ser apresentadas até às 21 horas de hoje. Se o texto for rejeitado, votam-se as emendas coletivas, com prioridade para as que tiverem maior número de assinaturas, sendo o mínimo de 280. Os constituintes têm das 8 às 24 horas de segunda-feira para apresentar destaques às matérias, desde que possuam o mínimo de 187 assinaturas.

Cabral fez ontem uma comple-

ta avaliação das questões regimentais e de todas as matérias existentes sobre o assunto, ou seja, as emendas de constituintes, as populares e os textos do Centrão e da Sistematização. Depois, analisou a proposta de acordo aceita por dez lideranças partidárias e rejeitada pelo PFL e PL na quinta-feira. É sobre essa última alternativa que ele baseará seu novo trabalho.

Segundo José Fogaça, as conversas sobre o texto consensual estão caminhando bem e têm o apoio de todas as lideranças, inclusive do PFL. Mesmo assim, lembrou que o acordo só será obtido se as partes — os proprietários e os sem-terras — demonstrarem disposição para negociar. "O que tem atrapalhado é o radicalismo e o jogo político dos setores que não querem o consenso para transformar isso em cavalo de batalha e para campanhas pessoais."

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, conversou com Cabral por mais de uma hora, e disse que "se colocava à disposição na busca do entendimento". Mas fez uma ressalva: se a proposta for aprovada pela maioria do plenário, é importante que conste da nova Constituição. "Mas se for um texto de vencedor sobre vencido, é melhor que a reforma agrária vá para a legislação."

Sant'Anna confirmou que a proposta que está sendo elaborada pelo relator é bastante semelhante à que quase obteve consenso na quinta-feira. E explicou que na questão da insusceptibilidade de desapropriação das terras produtivas, a lei definirá os critérios e a extensão em que a terra será considerada produtiva no artigo que trata de assuntos ligados ao interesse social. Segundo o líder governista, Cabral está mexendo em palavras, encontrando sinônimos que possam atender aos dois lados na hora de redigir o texto final.

CENTRÃO

Depois de pelo menos duas reuniões, com a presença de Ronaldo

Caiaido, o Centrão elaborou uma proposta para a reforma agrária que só difere das reivindicações da esquerda no parágrafo único: "Cabe à lei complementar estabelecer as condições e encargos para o progressivo atendimento dos requisitos da função social, nos termos do artigo 220 (que diz que para cumprir a função social é necessário aproveitamento racional e adequado da terra, utilização dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores)."

O Centrão encontrava certa dificuldade para conseguir assinaturas para sua emenda porque ela não estava redigida até o final da manhã. Mas, depois de pronta, fazendeiros e funcionários ligados ao grupo iniciaram o trabalho de convencimento de constituintes de todos os partidos. A coleta de assinaturas prossegue hoje nos Estados.

ESQUERDA

A proposta dos partidos de esquerda é a mesma do acordo subscrito por dez líderes e rejeitado pelo PFL e PL. Segundo o senador Mário Covas, o texto de seu grupo não pode ser considerado radical porque tem a participação, mesmo que indireta, de parlamentares como Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Gerson Peres (PDS-PA).

A emenda das esquerdas é a seguinte: "São insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I — A pequena e média propriedade rural, nos termos da lei, desde que seu proprietário não possua outra; II — A propriedade produtiva; Parágrafo único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação". Ontem, a emenda das esquerdas já tinha conseguido mais de 300 assinaturas.

Cabral já prepara nova redação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Remeter à lei ordinária a forma de desapropriação de propriedades consideradas produtivas mas que não cumpram as funções sociais. Isto é o que propõe o texto que o relator Bernardo Cabral começou a elaborar ontem pela manhã em reunião na residência do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com o propósito de buscar um acordo que retire do buraco negro a questão do capítulo referente à reforma agrária. Ulysses mostrou ter esperanças quanto a um entendimento: "Quando as duas partes têm a perder, é aconselhado um entendimento, e o buraco não pode ser considerado uma sepultura, mas uma saída do impasse".

As 10h30, à residência de Ulysses chegaram Bernardo Cabral, o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), e o deputado Konder Reis (PFL-SC). Eles já estavam sendo aguardados pelo líder do PL, Adolfo de Oliveira, que, com a liderança do PFL, recusa os acordos anteriores. No início da tarde, Ulysses explicou que, na lei ordinária,



Ulysses Guimarães

com a possibilidade de utilização de vários artigos, seria melhor tratada a questão da desapropriação. Da Constituição, constariam somente os critérios da reforma agrária.

Ulysses ressaltou que deverá ser tratada, ainda, a forma de proteger a terra. Segundo o presidente da Constituinte, existe o medo de que a propriedade envolvida na possibilidade de desapropriação seja, inclusive, vítima de invasão. "A segurança também será propiciada a fim de que sejam satisfeitos os requisitos e a fim de que não seja desapropriada a terra que atender às funções sociais. Caso isso não aconteça, poderá ser desapropriada", afirmou.

Ulysses disse que, naquele momento, ainda não havia a aprovação do texto pelo PFL e PL, mas garantiu que havia progressos e que todo o material elaborado nos acordos frustrados anteriores estava sendo analisado pelo relator. "O Congresso é casa que busca entendimento. Acredito que a partir do buraco negro as forças se entenderão, nesta última votação sobre o tema. Espero a aprovação do texto do relator pela maioria dos constituintes na terça-feira", concluiu.

Monstro não é verdadeiro, garante Lula

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Estão criando um monstro que não existe", afirmou ontem o líder do PT na Constituinte, Luís Inácio Lula da Silva, ao comentar as críticas do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), do consultor do Sindicato dos Metalúrgicos, Aloysio Azevedo, e de integrantes da Escola Superior de Guerra (ESG), segundo as quais a Constituinte aprovou excessivos poderes para os sindicatos. Na opinião do deputado petista, é "seria bom para a democracia" se o movimento sindical passasse a influenciar na política. "É assim que ocorre na Itália, Suécia, França, Alemanha e Espanha, onde há sindicatos fortes que têm contribuído para a manutenção de regimes democráticos." De acordo com Lula, os sindicatos podem participar da vida política, "da mesma forma que um jornal ou uma empresa, quando são grandes, influenciam na política".

Para o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o deputado Afif Domingos, a ESG e o Estado, que promoveu uma mesa-redonda sobre o assunto, deveriam preocupar-se com o fato de não existir liberdade sindical no texto aprovado pela Constituinte. "Os sindicatos ainda estão atrelados à lei, quando o ideal seria que eles se organizassem como quisessem", assinalou Luís Inácio Lula da Silva.

CONTAG

Também o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, acha estranha a preocupação com a unicidade sindical. Ele disse que sindicatos e partidos têm funções diferentes e específicas e negou que, com a promulgação do novo texto constitucional, o movimento sindical passará a comandar a política.

"Os partidos têm o papel de aperfeiçoar as leis, fiscalizar o Executivo, eleger e destituir governantes. Os sindicatos são os articuladores da luta de classe, na busca de melhores condições de vida, de melhor distribuição de rendas e de terras", destacou o presidente da Contag, acrescentando que ao movimento sindical também caberia a função de pressionar governantes e os próprios partidos políticos.

Para Weffort, sindicatos agora ficam amarrados

A aprovação da unicidade sindical pela Constituição manterá os sindicatos amarrados e dependentes do Estado. A avaliação foi feita ontem pelo cientista político Francisco Weffort, que considerou este o mais negativo de todos os dispositivos sobre os direitos trabalhistas aprovados pelos constituintes.

Por outro lado, Weffort citou três pontos que considera positivos: o direito de greve, a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais e os sindicatos ganharem uma "certa independência frente ao governo". Segundo ele, a conceitualização do direito de greve "como está aprovado não é passível de manipulação". Lembrando que na Constituição de 46 esse dispositivo dependia de lei posterior para sua regulamentação, Weffort afirmou que isso "dava oportunidade de se suprimir o direito dependendo da interpretação".

Mesmo defendendo que o "ideal seria a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais", ele admitiu que "a jornada de 44 horas foi

uma conquista bastante positiva". Já o professor titular do Direito do Trabalho da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Otávio Bueno Magano, disse que achou o debate promovido pelo Estado e O Globo "interessante", ressaltando, contudo, "que os debatedores foram um pouco reticentes".

Magano fez questão de deixar claro que não considera alguns pontos aprovados como conquista. "Eles são obtidas quando os trabalhadores se organizam, reivindicam algo e vencem. O que houve, no meu entender, foram concessões do Estado." Ele criticou o fato de "existir muitas minúcias" no capítulo aprovado. "Nas Constituições modernas, devem existir apenas princípios gerais. Os detalhes ficam para a legislação ordinária. Quem lê o capítulo tem a impressão de estar consultando a CLT, eles deveriam ter enumerado apenas os princípios gerais."

Sobre o direito individual do trabalhador, o professor disse que os constituintes adotaram uma posição equilibrada. "Eles nem se atropelaram no exagero da estabilidade nem deixaram prevalecer o regime de despedida arbitrária, que vigora atualmente."

Já nos direitos coletivos, segundo Magano, "acabaram prevalecendo os interesses específicos daqueles que dominam os sindicatos. Com isso, será dada continuidade à estrutura corporativista".

Ao comentar as conquistas dos trabalhadores na Constituinte, o presidente da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Supletivo de São Paulo, Washington Melo, disse que discorda apenas de dois itens: o direito irrestrito de greve e a unicidade sindical. A unicidade representa um preceito antidemocrático. É uma usurpação fascista", afirmou.



Francisco Weffort